

História da educação escolar de mulheres negras: as políticas públicas que não vieram...

History of school education of black women: public politics that didn't come...disability

Giane Elisa Sales de Almeida

Mestre em educação pela Universidade Federal Fluminense - UFF e Professora efetiva na Prefeitura de Juiz de Fora
giane.elisa@yahoo.com.br

Não há dúvida de que as políticas públicas voltadas à escolarização formal tem vasta interferência na vida das sociedades na medida em que podem ser responsáveis por oportunidades que não seriam vivenciadas apenas com os esforços pessoais impetrados pelos indivíduos. Por este motivo, a ausência de políticas públicas dessa natureza devem ser entendidas como um dos fatores determinantes da exclusão educacional em que ainda hoje se encontram determinados grupos que compõem o tecido social brasileiro, a exemplo das mulheres negras.

Muitas dessas experiências de serem excluída das instituições de educação formal são fortes e significativas constituídas das memórias de mulheres negras da cidade de Juiz de Fora – MG entre os anos 1950 e 1970. Por essas memórias é possível compreender importantes aspectos da história da educação de mulheres negras e as formas como a presença ou ausência de políticas públicas voltadas à escolarização interferiram nas histórias de vida desse grupo.

A pesquisa¹ donde se origina o presente artigo contou com a participação de dez mulheres com média de idade de 65 anos que viveram em Juiz de Fora no período analisado, buscando traçar um panorama do que

¹Entre Palavras e Silêncios – Memórias da Educação de Mulheres Negras em Juiz de Fora – 1950/1970. Defendida no programa de pós graduação da UFF – Universidade Federal Fluminense e ligada ao Grupo de Pesquisa Memória, História e Produção do Conhecimento em Educação.

tenha se constituído como uma experiência social e educativa comum às mulheres negras juizforanas o estudo utilizou a história oral como metodologia para o trabalho com as memórias das entrevistadas, as quais, nesta pesquisa, são chamadas de iabás².

De acordo com os fatos disponibilizados pelas memórias é possível apontar situações das mais variadas, algumas delas repetem contumazmente no sistema educacional brasileiro que se construiu com uma história onde é possível encontrar trajetórias escolares marcadas por interrupções, percalços, “desistências”, idas e vindas da escola formal.

Investigando a história e as memórias da educação de Juiz de Fora se chegou ao quadro apresentado adiante, onde se procura relacionar o ano de conclusão do ensino primário e o ano de entrada no ensino secundário. Esta relação comprova a ausência de uma seqüência entre uma e outra etapa de ensino. Importante observar que a nomenclatura ensino secundário seria, naquele período, o que hoje conhecemos como as quatro séries finais do ensino fundamental somadas às três do ensino médio. As séries iniciais eram, naquele momento, identificadas como ensino primário. A partir de agora esta será a nomenclatura utilizada no texto.

A observação do quadro I permite dizer que entre a conclusão do ensino primário e ingresso no nível secundário há rupturas significativas; ainda, nesse quadro, dois pontos chamam a atenção: o primeiro diz respeito à frequência ao ensino primário - quase todas as iabás tiveram oportunidade de frequentar e concluir essa etapa de ensino. O segundo ponto diz respeito ao ensino secundário e a partir da análise dos dados aqui dispostos é possível dizer que essa modalidade se apresentou para as iabás como de difícil acesso ou que existiu uma demora significativa para acessar tal modalidade de ensino, ou ainda, que ela nem mesmo foi viabilizada.

²Orixás femininos do Candomblé que têm em comum a ligação com o elemento água, o que nos remete ao poder da concepção de vidas, não só pela possibilidade de gerar, mas também pelo poder de apontar a organização da vida e do mundo. O estado como a água se encontra na natureza, (doce, salgada, calma, revolta, chuva) é que dirá do temperamento de cada iabá. De acordo com a mitologia, por incorporarem o feminino e conhecerem a memória dos corpos, as iabás transmitem suas histórias, afetos e conflitos para quem quiser ouvir...

Além disso, a ausência da coluna que trataria da conclusão do que hoje conhecemos como ensino médio tornou-se inviável devido às imprecisões nas informações obtidas pelas mulheres. Um fato curioso é a significativa ausência de documentação sobre a vida escolar das entrevistadas...

QUADRO I – FLUXO DE TRAJETÓRIA ESCOLAR³

IABÁS	Conclusão do Primário	Ingresso no Secundário	Conclusão Superior
	Data aproximada	Data aproximada	Data aproximada
Iansã	1960	1962	-
Euá	1956	1958- 1ª tentativa 1963	-
Odudua	1959	1960	-
Ibeji	1950	-	-
Oxum	1953	-	-
Iemanjá	-	-	-
M. Conga	-	-	-
Anastácia	1952	1953	1970
Nanã	1955	1963	1990
Obá	1959	1967	-

Para que se compreenda o cenário brasileiro, incluindo-se aí a educação, entre os anos de 1950/1970, é necessário que se empreenda um esforço de entendimento a respeito do período que antecede essa marca temporal. Isso porque algumas raízes de aspectos que caracterizam os anos compreendidos entre 1950 e 1970 serão encontradas em ocasiões anteriores. É o que pode ser observado em relação à história da educação e especificamente às políticas públicas voltadas à escolarização que vigoraram nesse período e que enriquecem a análise aqui empreendida.

História da Educação pelas memórias negras

Na observação do quadro I é possível constatar que apenas Iemanjá e Maria Conga não freqüentaram a escola, nem mesmo em seu nível elementar; o que acontece, na verdade, é que ambas passaram menos de dois anos na escola formal, isto porque segundo contam, chegaram a Juiz de Fora vindas de regiões rurais, tendo freqüentado pouco tempo a “escola da roça”, de onde as lembranças praticamente

³Não foi possível, a partir das memórias das iabás precisar as datas de conclusão do ensino secundário.

não sobreviveram. As duas, em épocas diferentes, chegam à cidade trazidas pelo mesmo discurso: “fazer companhia à crianças menores”. Essa atividade - a princípio sem maiores comprometimentos - no entanto, as impede de serem matriculadas, pelas famílias que as “adotam”, em escolas regulares para darem prosseguimento aos estudos, mesmo estando esse desejo manifestado, como no caso de Iemanjá.

“Eu ficava com vontade, sabe? Mas pensava assim: mas eu não sou filha, né? Eu mesmo pensava assim, sabe? Eu não sou filha, por isso que eu não posso estudar aqui. Não posso estudar, não posso fazer isso. Porque assim eu me conformava, sabe? Ficava com vontade, sabe? Mas o que que vai fazer...” (Iemanjá)

Maria Conga não chegou nem mesmo a alfabetizar-se, o pouco de que se lembra diz respeito a não ter concluído o primeiro ano na escola da roça, uma vez que fora trazida pela mãe para morar (e trabalhar) com a família onde ficaria até se casar.

Maria Conga: Na escola não me puseram...

G: Tinha escola ali por perto?

Maria Conga: Tinha não. A escola mais perto era o Grupo Central

G: E a senhora pedia pra colocar na escola e eles não colocavam?

Maria Conga: Não, eu aprendia com os meninos

G: E ela não deixou mesmo a Sra. estudar?

Maria Conga: Estudava com os meninos... Fazia as contas... O nome, só.”

Analisando uma a uma das falas das iabás, é possível perceber que os símbolos ligados à cultura escolar exerciam fascínio e suscitavam o desejo das entrevistadas de vivenciarem aquele espaço; espaço esse, às vezes, reconhecido como não sendo de direito de meninas negras, situação que ao longo dos anos foi se reforçando pela insistente ausência de políticas públicas que pudessem contribuir com a escolarização dessas mulheres.

“Ibeji: Ele era lá perto da Santa Casa, do lado de cá. Eu via aqueles meninos todo dia, vindo da aula, saindo da aula.

Oxum: Ah, então eu nem peguei.

Ibeji: Tinha vontade de está ali.

Oxum: Eu tinha vontade.

G: E você não foi por quê?

Oxum: Eu não sabia, e minha mãe também falava: “imagina, ali não é lugar pra você”. Minha mãe falava.”

“Olha na minha classe eu vou falar uma coisa pra você tinha eu, um menino que morava no morro São Benedito. Menina pretinha não tinha não, tinha mais menino. Então pretinha era eu e mais uns três ou quatro meninos pretinhos. Fora disso não tinha muita gente não.”

(Oxum)

“Na sala e aí tinha aquela divisão. As meninas afastavam de mim não queria, não queria conversar comigo.” (Obá)

O espaço simbolicamente negado às meninas negras, sem dúvida, é um dos fatores que explica a trajetória escolar tumultuada dos sujeitos que compuseram a pesquisa base desse artigo, porém é preciso analisar a oferta educacional na cidade e, por consequência, as políticas públicas existentes naquele contexto que poderiam beneficiar este grupo. De acordo com as memórias disponibilizadas pelas mulheres negras, 80% das entrevistadas freqüentaram e concluíram o ensino primário. Tal dado é relevante e seu entendimento é buscado a partir do contexto histórico da educação brasileira nesse período. Nota-se, na observação do quadro I, que as iabás concluem o ensino primário no período compreendido entre 1950 e 1960, o que significa dizer que a entrada na escola aconteceu entre os anos 1945 e 1955. É preciso, então, compreender o cenário educacional que então vigorava.



Figura 1: o diploma do jardim da infância era um código de acesso ao ensino elementar.⁴

Um importante dado não visualizado no quadro I é que todas as iabás freqüentaram escolas públicas de Juiz de Fora, tal fato ilustra de maneira eficaz a realidade da época. No ano de 1945, quando Ibeji, a mais velha das iabás

⁴As fotos e documentos utilizados nesse artigo são parte integrante do acervo pessoal das entrevistadas pela pesquisa “Entre Palavras e Silêncios: Memórias da Educação de Mulheres Negras em Juiz de Fora – 1950/1970. Por este motivo as datas não puderam ser precisas.

que freqüentaram escola, teria entrado para a escola primária, já está em vigor o FNEP – Fundo Nacional do Ensino Primário; o que, sem dúvida, foi um instrumento que alavancou a democratização da escola elementar no país, ao menos na garantia de vagas. A democratização das práticas escolares e simbólicas é outro assunto... Aqui, interessa saber que este fundo foi a concretização da política estadonovista para a educação elementar que, até então, não havia contado com nenhum tipo de intervenção estatal no sentido de promovê-la à categoria de direito fundamental (ROCHA, 2000).

Esse fato é, sem dúvida, uma novidade na trajetória de famílias negras, pois a maioria das iabás é, no universo de suas famílias, a primeira geração de mulheres negras a chegarem à escola, e tal fato é reflexo da priorização da educação elementar assumida pelo Estado Novo. Não é objetivo do artigo discutir esse período da história republicana; porém, é imperativo pontuar a política educacional estadonovista, uma vez que tal política é a raiz de um importante dado: mulheres/meninas negras tiveram acesso à escola pública elementar a partir do período de vigência do fundo nacional do ensino primário. O que significa dizer que essa política pública esteve intimamente ligada à possibilidade, ainda que restrita, de escolarização de mulheres negras.

Desse modo, interessa-nos apontar que somente no período varguista é que a educação passa a ser pensada de maneira sistematizada a partir da criação do Ministério da Educação e Saúde em 1930 sob a direção inicial de Francisco Campos e assumido, logo após, por Gustavo Capanema, em 1934, que ali permaneceu, até o fim do Estado Novo em 1945, sendo assessorado por importantes intelectuais⁵. Assim, a política educacional conduzida nesse período por esse Ministério, a despeito dos fins a que se propunha, elegeu como ponto importante a educação elementar, desenvolvendo ações ao longo do período estadonovista que iriam culminar na implementação do Fundo Nacional do Ensino Primário, em 1942. Como já dito; esse fundo foi, em última instância, um dos importantes fatores responsáveis pelo acesso das meninas negras⁶ à escola primária e, mesmo no caso de Iemanjá e Maria Conga, é importante salientar que o fato de não terem ido à escola estava ligado a motivos outros que não a inexistência de oferta de vagas.

⁵Lourenço Filho e Teixeira de Freitas, dentre outros.

⁶Há fortes indícios de que tal realidade tenha atingido crianças pobres de uma maneira geral, porém, o enfoque desse artigo é na trajetória escolar de mulheres negras apenas.

Ensino Secundário: Memórias da Exclusão

Anastácia é a única que tem a experiência de uma escolarização sem percalços, o que fez com que concluísse primeiro o curso de pedagogia e, mais tarde, o de direito. Nanã formou-se em filosofia, porém só pôde frequentar a universidade sendo contemporânea dos filhos, já no início da década de 1990. Odudua, não chegou a concluir o ensino secundário (segundo grau, hoje denominado ensino médio), porém frequentou um curso profissionalizante. Obá e Iansã concluíram o ensino secundário, mas não sem passar por interrupções e dificuldades. Euá concluiu o secundário, já adulta. Ibeji e Oxum estudaram apenas até a quarta série. Todas, independente do nível de escolarização, reconhecem a importância da escola e demonstram em suas narrativas as idas e vindas na tentativa escolarizarem-se. A maioria não pôde estudar o quanto queria, mas a aceitação dessa realidade não se deu de maneira conformada.

“Depois, eu sei que quando nós mudamos eu quis estudar a mãe pegou e não deixou. Porque lá, na mudança fomos lá pra Boa Vista, e lá não tinha luz. Luz era só até perto do Bom Pastor.

G: Onde era o tal do Lamaçal, né?



Foto 2 – Diploma de conclusão do ensino primário é encontrado com mais frequência entre as famílias negras.⁷

⁷Foto 2 – Meados da década de 1950.

Ibeji: É, então, não tinha nada lá, só tinha mato, uma porção de boi, cerca de arame. Até na Boa Vista onde tem aquelas casas era de cerca de arame. Então não tinha luz, era aquela escuridão. Então a mãe pegava e falava assim: “vai estudar como?” Não tinha jeito.

G: Não tinha como estudar de tarde?

Ibeji: Não, porque aí eu já trabalhava.

“E depois quando... Com dezenove anos eu estava morando com a minha tia é que eu voltei a estudar novamente. E como aquele ensino era muito atrasado eu tive que voltar na quarta série.”

(Obá)

“Eu sempre quis estudar. Eu lembro que quando eu terminei o primário eu chorei porque eu queria estudar.

G: Porque não tinha jeito de ir

Nanã: Jeito tinha, mas não tinha dinheiro pra pagar todo dia”

Os depoimentos de Ibeji, Obá e Nanã dão conta de como raça e classe se misturam na vida das iabás e, claro, na vida da população negra em geral. As atribuições de raça e classe são tão entremeadas uma pela outra que fica difícil delimitar qual delas se alinha primeiro à impossibilidade de estudar que já está posta na medida em que as políticas públicas educacionais desse período não concebiam a democratização do ensino secundário. A necessidade de sobrevivência era, sem dúvida, urgente e não poderia ser sobreposta; como no caso de Ibeji, que não pôde prosseguir os estudos por ter que trabalhar no turno da tarde, o mesmo turno onde seria mais seguro circular pelo local onde morava.

Analisando as trajetórias de Ibeji e Nanã, cabe também pontuar a questão da ocupação do território nesse jogo de possibilidades e impedimentos, tal como Ibeji, Nanã morava em um local bastante afastado da região central o que lhe impossibilitava de chegar até a escola com facilidade. Nanã conta que a oferta de transporte existia no bairro Floresta, mas não havia condições de arcar com os custos do mesmo; já Ibeji, embora morasse em uma região próxima ao centro, era impedida pela falta de infra-estrutura no bairro, uma vez que a falta de luz e pavimentação na Boa Vista, bairro onde morava à época, foram apontados pela iabá como fatores de impedimento à continuidade dos estudos.

Nesse ponto é interessante que se destaque as políticas públicas educacionais como parte de um conjunto de ações que visem empoderar os diversos grupos sociais. As narrativas então analisadas dão conta do quanto as trajetórias de vida poderiam ter-se alterado positivamente se existissem naquele período políticas

públicas para a escolarização que refletissem a educação formal como parte de uma tessitura onde vários outros direitos fossem garantidos e as intervenções estatais se dessem de modo transversalizado na vida dessas mulheres.

Outra questão a ser pontuada a respeito da possibilidade de uma escolarização mais estendida é que ao concluírem o ensino primário, Ibeji e Nanã não puderam usufruir da possibilidade de continuarem os estudos na escola onde já estudavam. Enquanto o ensino primário é expandido na cidade, através da inauguração de várias escolas estaduais, o secundário ainda é privilégio de poucos, o fato de ser ofertado apenas na região central da cidade é apenas um dos fatores que estimulam a exclusão das iabás dessa etapa de escolarização.

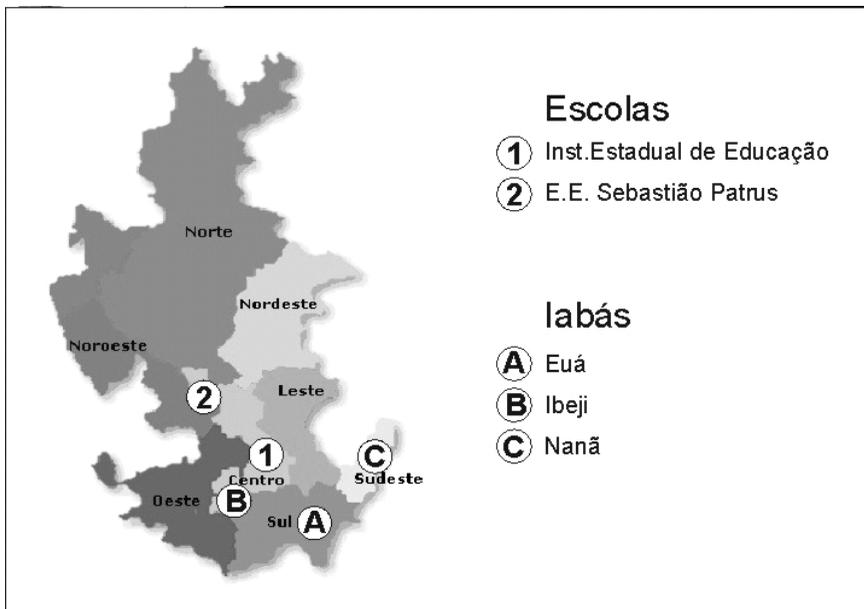
Um ponto bastante intrigante é que - nesse período, precisamente em 1951⁸ - é inaugurada em Juiz de Fora a Escola Estadual Sebastião Patrus de Souza, popularmente conhecida como Estadual, que oferecia vagas ao ensino secundário apenas; o que faz supor que as vagas eram oferecidas em número significativo. A criação do Estadual certamente veio como forma de atender à demanda por essa etapa de ensino que tendia a aumentar devido à expansão do primário na cidade e, o curioso é que nenhuma das iabás estudou nessa escola, conhecida à época pela qualidade de seu ensino. Também não tiveram acesso, na década de 1950 e por quase toda a década de 1960, ao Instituto Estadual de Educação – Escola Normal - que também oferecia o secundário e estava mais bem situada geograficamente do que o Estadual. O mapa de Juiz de Fora, que segue, traz as regiões geográficas da cidade e ilustra o local de moradia de Euá, Ibeji e Nanã, e também, a localização das escolas públicas disponíveis para a realização do ensino secundário.

O que se percebe é que mesmo não morando em regiões tão afastadas do Centro, Ibeji e Euá são igualmente penalizadas, como Nanã pela inexistência de instituições de ensino secundário próximas às suas residências. Ainda assim, as escolas não se localizam em regiões extremamente afastadas, o Instituto Estadual de Educação, por exemplo, situando-se no centro da região central de Juiz de Fora estava em melhor localização que a Escola Sebastião Patrus de Souza e, ainda assim, não foi freqüentado por essas iabás.

⁸A data de fundação da escola foi obtida através de contato estabelecido com a secretaria da instituição. Não existe uma sistematização destes dados na 18ª Superintendência de Ensino.-

“Mas aí depois fui fazer o bordado aprendi, eu voltei a estudar. Fiz admissão e estudei só um ano na Escola Normal. Era muito puxado, muita matéria. (...) Aí, eu saí da Escola Normal tentei fiz uma prova. (...) Aí eu fiz uma prova pra entrar pra escola de enfermagem. Eu levei pau porque eu errei uma palavra me lembro até a palavra qual foi, superlativo de ferro, ferrorífero. É superlativo?” (Euá)

MAPA 1 – LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS SECUNDÁRIAS



Fonte: http://www.acesa.com/jfmapas/img/mapa_regioes.gif

Euá ilustra a situação de inexistência de políticas públicas que garantissem a expansão do ensino secundário, mais que isso, as memórias dessa iabá permitem questionar se a oferta de ensino secundário em Juiz de Fora, neste período, foi uma ação que objetivou, subliminarmente, atender a um grupo social diferente daquele onde estavam inseridas as iabás...

Sobre isso Nunes (2000) diz que a dualidade do ensino, mantida nas reformas educacionais de 1931 e 1942, trouxeram a concepção de que o ensino primário se destinava àqueles que iriam compor a grande massa de trabalhadores que seria absorvida em atividades nas quais se exigisse mão de obra comum e pouco qualificada, já o ensino secundário, segundo esta autora, teria a função de oferecer

uma sólida cultura geral, apoiada sobre as humanidades antigas e modernas, com o objetivo de preparar as individualidades condutoras, isto é, os homens que assumiriam maiores responsabilidades dentro da sociedade e da nação, portadores de concepções que seriam infundidas no povo. (NUNES, 2000, p.40)

Assim, se apresenta a trama raça e classe. O ensino secundário não é concebido, ao menos até a Lei 5692/71⁹, como um direito dos estudantes das classes populares; o que faz com que, nesse período, o acesso ao secundário fosse baseado em critérios de seleção que subjetivamente privilegiavam uma ideologia de classe. Entretanto, ainda que houvesse possibilidade de romper essa barreira financeira, grande parte da população negra ficava ainda alijada dessa etapa de ensino em virtude dos simbolismos e, principalmente, das representações sociais que o envolviam.

CENEC – Em busca do direito ao ensino secundário

O caso de Obá merece uma análise minuciosa. De acordo com seu depoimento, essa iabá prossegue os estudos, porém isso só acontece após quase dez anos de conclusão do primário, já com quase 20 anos. Obá relata que ao retornar à escola, o que acontece por volta do ano de 1967, a alternativa era matricular-se no Ginásio Monteiro Lobato. Esse dado merece destaque.

O Ginásio Monteiro Lobato, ainda hoje presente na cidade de Juiz de Fora como cooperativa de pais e mestres, foi criado a partir da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos – CENEG, que logo após é renomeada como Campanha Nacional de Escolas da Comunidade: CENEC. Essa campanha, surgida ainda na década de 1940, já se apresentava como um reflexo da demanda por acesso ao ensino secundário, no caso das escolas cenecistas, a demanda se concretiza a partir de organização popular.

Interessante pontuar que o Ginásio Monteiro Lobato, onde Obá matriculou-se no final da década de 1960, é fundado em 1950, a partir de recursos federais destinados à campanha. De acordo com Machado (2004, p. 147), embora as verbas para a campanha dos ginásios gratuitos fossem poucas, eram encaminhadas às escolas de acordo “com as necessidades de cada Seção Estadual”. Essa informação faz crer que em Juiz de Fora a demanda popular por escolas secundárias era de tal modo significativa que a cidade foi contemplada com os poucos recursos federais

⁹Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, lei 5692/1971.

destinados à campanha. Outro importante dado apresentado por esta mesma autora diz respeito à análise dos documentos relativos ao movimento cenequista apontando a campanha “como uma das possíveis soluções para o problema nacional da falta de escolas de ensino médio para as classes populares.” (2004, p.137) De acordo com Machado, num espaço de uma década, Juiz de Fora passou de duas escolas cenequistas para vinte e três, o que comprova que a enorme demanda pela educação secundária não era, ainda, atendida como um direito. A persistência dessa realidade acaba por impulsionar a organização popular em torno da garantia de escolarização não contemplada pela via das políticas públicas governamentais.

Concluindo...

A conclusão é a de que a impossibilidade de prosseguimento dos estudos, apresentada às mulheres negras de Juiz de Fora, na verdade constituía-se como parte da realidade da educação brasileira, que certamente não guardava grandes disparidades em relação ao cenário educacional juizforano.

Sendo assim o que se pode concluir sobre esse aspecto da história da educação de mulheres negras é que em virtude dos diversos simbolismos que afastaram as meninas negras da escola formal, a realidade do não acesso aparece nas memórias negras numa posição de significativa relevância, tal fato é percebido pelo modo como emergem das memórias das mulheres os detalhes relativos a alguns símbolos da cultura escolar que permanecem vivos nas lembranças ainda que a oferta educacional de ensino secundário na cidade não tenha contemplado de maneira relevante a este grupo da população.

A este respeito é importante que se destaque que outra importante conclusão proporcionada pelos fragmentos de memória das iabás é que o acesso da população feminina negra à escola pública elementar foi facilitado a partir da vigência do FNPE – Fundo Nacional do Ensino Primário que vigorando na década de 1950 proporcionou o aumento da oferta de vagas no ensino primário principalmente a partir da construção de novas escolas. Embora já naquele período o debate qualidade versus quantidade já existisse torna-se relevante pontuar que a existência de uma política pública educacional foi em grande parte responsável pela chegada de crianças negras à escola pública brasileira. Tal fato permite inferir que as condições educacionais desfavoráveis em que se encontra a população negra na atualidade, principalmente as mulheres negras, pode ser revertida a partir da intervenção estatal.

Intervenção que não existiu quando o assunto era ensino secundário. Neste ponto conclui-se que seguindo o padrão nacional a educação secundária pública em Juiz de Fora privilegiou uma ideologia de classe ao contemplar de maneira significativa, através da oferta de vagas, apenas um grupo social no qual não estavam incluídas as mulheres negras.

Assim, conclui-se que na trama da construção da identidade feminina negra no Brasil a instituição escolar apareceu como determinante na experiência social de tornar-se mulher negra, seja pela aceitação de um não lugar social, seja pela afirmação desse lugar a partir de sua negação sistematizada e, nesse caso, a intervenção estatal esteve fortemente presente a partir da inexistência de políticas públicas eficazes que contemplassem, de fato, a escolarização de mulheres negras.

Resumo: O presente artigo é parte de um dos capítulos da dissertação realizada no programa de Pós Graduação da UFF - Universidade Federal Fluminense -, denominada “Entre Palavras e Silêncios: Memórias da Educação de Mulheres Negras em Juiz de Fora – 1950/1970.” O artigo procura abordar alguns aspectos relativos à história da educação de mulheres negras a partir da análise dos fragmentos de memória disponibilizados pelos sujeitos da investigação. Neste intento o artigo apresenta aspectos relativos à história da educação brasileira e como tais aspectos se relacionam à trajetória escolar de mulheres negras e às políticas públicas vigentes no período. Na tentativa de desenhar um perfil do que tenha sido a história educacional deste grupo, particularmente na cidade de Juiz de Fora, e em linhas gerais no Brasil, utilizou-se a história oral como metodologia para que fossem analisados aspectos relativos à cultura escolar e à democratização da escola pública no Brasil, bem como os modos como as políticas públicas voltadas à escolarização interferiram nas histórias de vida das mulheres negras. Além disso, o artigo relaciona as categorias raça e classe para o entendimento da fruição do direito à cidade e à escola pública como um importante equipamento urbano.

Palavras-chave: mulheres negras, história da educação, políticas públicas

Abstract: This present article is part of the one some chapters of the dissertation realized in the program of Post Graduation of UFF – Universidade Federal Fluminense – called “Between words and silences: Memories of Education of Black Women in Juiz de Fora – 1950/1970.” The article seeks to approach some aspects relative to the history of black women's education from analysis of the fragments of memory came from the subjects of research. In this intent, the article presents some aspects relating to the history of brazilian education and as such this aspects related to school trajectory of black women and the publics politics present in this period. In attempt to delineate a profile that had been the educational history of this group, particularly in the city of Juiz de Fora, and in general lines in Brazil, used the oral history as the methodology that was analysed aspects related to school cuture and democratization of the public school in Brazil, as well as the ways how the publics politics guided to education, interfered in life histories of black women. Furthermore, this article relates the cathegories, race and class, for the understanding of fruition of the right to city and the public school as an important urban equipment.

Keywords: black women, history education, publics politics

Referências

LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães, GONÇALVES, Irlen Antônio, FARIA FILHO, Luciano Mendes, XAVIER, Maria do Carmo (org.). História da Educação em Minas Gerais. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002.

MACHADO, Maria Lúcia Jannuzzi. Juiz de Fora: capital cenequista: o desafio da educação comunitária frente às estratégias de poder. In: NEVES, José Alberto Pinho, DELGADO, Inácio José Godinho e OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (org.). Juiz de Fora: história, texto, imagem. Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2004, p. 133-153

NUNES, Clarice. O “velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/275/27501404.pdf>. Acesso em: 14 maio 2009.

Recebido em maio de 2009

Aprovado em junho de 2009